



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 18/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SEIS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Senhor Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª. Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DAS ATAS:-----

1.1.-DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15/06/2016:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 15 de junho findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la. -----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação o Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, uma vez que não esteve presente na Reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

1.2.-DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2016:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião extraordinária realizada a 24 de junho findo, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação o Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, eleito pelo PPD/PSD, uma vez que não esteve presente na Reunião.-----

1.3.-DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04/07/2016:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião extraordinária realizada a 04 de julho corrente, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la. -----

----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação os Senhores Vereadores Dr. Acácio da Fonseca Fernandes e Drª Márcia Maria dos Santos Lopes, eleitos pelo PS, uma vez que não estiveram presente na Reunião.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artº. 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----Pelo Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca foi presente o pedido de esclarecimento relativo às obras na Av. dos Bombeiros Voluntários, que se dá aqui por integralmente reproduzidos e se anexa à presente ata.-----

-----O Senhor Presidente informou que o mesmo teria na próxima reunião de câmara após informação dos Serviços Técnicos do Município.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 125, referente ao dia cinco do corrente mês, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os officios com referências 258 a 264 datados de 4 de julho da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua 3ª. sessão ordinária realizada no pretérito dia 30 de junho:-----

-----Aprovou por maioria com onze (11) votos a favor do grupo do PPD/PSD e dezassete (17) abstenções, sendo quinze (15) do grupo do PS e duas (2) do CDS-PP a Consolidação de Contas de 2015 do Município de Mortágua.-----

-----Aprovou por unanimidade a Alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda dos Lotes que Constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua.-----

-----Aprovou por maioria com vinte e seis (26) votos a favor, sendo quinze (15) do grupo de PS e onze (11) do Grupo do PPD/PSD e duas (2) abstenções do CDS-PP o compromisso plurianual do Protocolo com o Clube Automóvel do Centro – Rally de Mortágua.-----

-----Aprovou por unanimidade classificar como relevante e de interesse para a Região o investimento de Construção da Adega efetuada pela Sociedade Agrícola Boas Quintas, Lda. para efeitos previstos no Regime Fiscal de Apoio ao Investimento.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão da isenção de pagamento de taxa no valor de setecentos e setenta e um euros e seis cêntimos (771,06 €) à Santa Casa da Misericórdia de Mortágua referente ao licenciamento do processo nº.01/2015/231 de alteração e construção nova (Lavandaria e Economato), sito na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, nº.4,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Márcio Gomes de Melo da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor de mil e trezentos euros e oitenta cêntimos (1.300,80 €) e da TMU de quatrocentos e cinquenta e seis euros e quarenta e sete cêntimos (456,47€) referente ao processo nº. 01/2015/235 - Construção de Moradia e Muro, na Rua Estrada Municipal, Vila Meã da Serra, Freguesia de Espinho.-----

-----Foi aprovado por maioria com vinte e cinco (25) votos a favor, sendo catorze (14) do grupo do PS e dez (10) do grupo do PPD/PSD e um (1) do CDS-PP, e (3) abstenções, sendo uma (1) de membro do grupo do PPD/PSD, uma (1) de membro do grupo do PS e 1 membro do CDS-PP, a retificação do valor da taxas a isentar de mil cento e noventa e um euros e quarenta e sete cêntimos (1.191,47 €) para mil duzentos e vinte e quatro euros e sessenta e oito cêntimos (1.224,68 €), referentes ao Procº. 01/2014/272 de Alterações – Estabelecimento de Bebidas com Espaço para Dança, da Mortáguafit, Lda.-----

4.2.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

4.2.1.-Pareceres:-----

-----Foi presente o correio eletrónico, datado de 16 de junho findo, da ANMP a informar que a partir daquela data se encontram disponíveis, para consulta, os seguintes pareceres, aprovados pelo seu Conselho Diretivo:-----

----- Entidades com interesse histórico e cultural – Projeto de Lei- Número de alunos por ;-----

-----turma e promoção do sucesso escolar – Iniciativas Legislativas;-----

-----Reforço da transparência no exercício de funções públicas – Projetos de Lei.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.2.-Gratuidade dos manuais escolares no 1º.ano do 1º. ciclo do ensino básico – artigo 127º. da LOE 2016:-----

-----Foi presente a circular refª. 50/2016/FD, datada de quinze de Junho findo, da Associação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nacional de Municípios Portugueses, através da qual informa que nos termos do artigo 127º. da LOE de 2016, os manuais escolares dos estudantes do 1ª. ano do 1º. Ciclo do ensino básico vão ser distribuídos gratuitamente, pelo que a aquisição e distribuição dos mesmos é da responsabilidade das escolas e que a mesma abrange os alunos beneficiários da ação social escolar que, no ano letivo de 2016/2017, irão frequentar aquele grau de ensino.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.3.-Subscrição do CCRF por uma verdadeira Política Europeia Comum de Asilo:-----

-----Foi presente a circular refª. 49/2016/LP, de 15/06/2016 da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através do qual sensibiliza este Município para a subscrição do apelo por uma verdadeira Política Europeia de Asilo promovida pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, que pretende dar a voz e corporizar, a nível das instâncias comunitárias europeias, um conjunto de aspirações e reivindicações dos Poderes Locais e Regionais passíveis de fomentar e dinamizar uma verdadeira Política Europeia Comum de Asilo.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Projeto “Da Escola, Agarra a Vida” - Relatório das Atividades do 2º. Período:--

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Relatório das Atividades desenvolvidas no 2º. Período do corrente ano letivo no âmbito do Plano de Ação do Projeto da “Escola, Agarra a Vida”, de que se destaca o Programa de “Orientação Escolar e Profissional do 8º. e 9º.ano e as ações “Visitas de conhecimento da oferta formativa”, “Sombra de um Profissional”, Semana das Profissões” e “Sessões de Técnicas de Procura Ativa de Emprego”.-
-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.1.2.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº. 28 a 32/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.1.3.-Férias Ativas 2016:-----

-----No seguimento da política seguida pela autarquia na ocupação dos tempos dos jovens durante o período de férias, através do desenvolvimento de vários programas pensados e concretizados para o efeito, pelo Senhor Presidente foi presente em cumprimento às Opções do Plano para 2016 o programa “Férias Ativas” e que há semelhança de anteriores edições visa a ocupação dos jovens em período de férias, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, com atividades pedagógicas, lúdicas e desportivas, e a desenvolver no período de 4 a 22 de julho corrente.-----

-----O orçamento previsto para o desenvolvimento do Projeto, para além dos custos com sete (7) Técnicos do Município das AEC, estima-se em mil e trezentos euros (1.300,00 €), aluguer de canoagem, e setecentos euros (700,00 €) com aquisição de T-Shirts e com o seguro, dois mil quinhentos e vinte e quatro euros e vinte e cinco centimos (2.524,25 €).-----

-----Os respetivos processos de aquisição de bens e serviços serão efetuados no âmbito da competência própria do Presidente.-----

-----Assim, por forma a minimizar os custos inerentes a esta ação e que irá contemplar cerca de 200 jovens propôs o pagamento de inscrição por participante no montante de dez euros (10,00 €) e que se reporta ao custo do seguro.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a realização da ação bem como o preço de inscrição por participante.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-SERVIÇOS CULTURAIS DESPORTIVOS E RECREATIVOS:-----

6.1.- Marchas Populares – Alteração do Apoio Atribuído às Associações:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira que a seguir se transcreve:-----

-----“No passado dia 1 de Julho realizaram-se as Marchas Populares, contando com a colaboração das Associações do Concelho, demonstrando uma enorme adesão, entusiasmo, empenho e brio, denotando criatividade, qualidade e rigor no trabalho apresentado.-----

-----Em reunião de Câmara do dia 15 de junho foi aprovado um apoio às Associações no montante de 500,00 € a cada associação participante no desfile. No entanto, verificamos pelo número de participantes em cada marcha, que o montante aprovado foi manifestamente pouco para pagar as despesas, manifestando as próprias associações dificuldade em participar nas referidas condições.-----

-----Assim, solicitávamos uma alteração aos montantes aprovados em reunião do dia 15 de Junho, propondo assim o montante de 750,00 € para cada marcha participante.-----

-----Associação - Associação Cultural Recreativa e Desportiva Felgueirense;-----

-----Associação Cultural e Desportiva de Cercosa;-----

----- Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vale de Paredes;-----

-----Centro Cultural e Recreativo de Pomares;-----

-----Grupo Associativo e Recreativo Académico de Vila Moinhos.-----

-----Filarmónica de Mortágua.-----

-----E ainda, um apoio de cento e cinquenta euros (150,00 €) ao Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Ações pela colaboração no canto das marchas, uma vez que, o Rancho “OS Camponeses” do Freixo se mostraram indisponíveis.”-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 06020305, com um saldo de duzentos e noventa e um mil cento e cinco euros e oito cêntimos (291.105,08 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5024 Marchas Populares com um saldo de cinco mil euros (5.000,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a alteração aos subsídios propostos na Reunião de 15 de junho findo.-----

6.2.-ASSOCIATIVISMO – Associações Culturais Desportivas e Recreativas:-----

6.2.1.- Apoio a Atividades:-----

6.2.1.1. Sporting Clube de Vale de Ações:-----

6.2.2.1.1.-X Festa do Vinho:-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido recebido em 17 de junho findo, do Sporting Clube de Vale de Ações dando conhecimento que está a organizar a sua já tradicional Festa do Vinho, no próximo dia 3 de julho corrente, e que irá contar com participação duzentos e trinta (230) pequenos produtores do Concelho e solicitando o apoio financeiro da Câmara Municipal para a aquisição de prémios aos concorrentes.-----

-----Considerando esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----O Senhor Presidente propôs a atribuição de um subsídio no montante de novecentos euros (900,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos (151.852,04 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de trinta e quatro mil e cinquenta e oito euros e noventa e seis cêntimos (34.058,96 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um subsídio de novecentos euros (900,00 €).-----

6.2.1.1.2.-Apoio Despesas de Manutenção/Conservação Campo de Jogos Juiz de Fora:---

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta sem data e recebida a 11 de abril do corrente ano, do Sporting Clube de Vale de Acores a solicitar o apoio financeira do Município nas despesas de energia elétrica, água e gás, inerentes ao funcionamento e manutenção do seu campo de jogos relvado e que ascenderem no ano de 2015 ao montante de sete mil e quarenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos (7.048,45 €), considerando as suas dificuldades de tesouraria em fazer face àquele avultado valor.-----

-----O Senhor Presidente considerando que o Município suporta os custos de funcionamento e manutenção do Campo de Jogos Relvado da Gandarada propôs, considerando que a infraestrutura do campo de Jogos Juiz de Fora está aberta a toda a população em geral que queira usufruir da mesma, por uma questão de equidade que se adotasse o mesmo procedimento atribuindo o subsídio no valor de sete mil e quarenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos (7.048,45 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto pelo Senhor Presidente, a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4º. daquele Regulamento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos (151.852,04 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de trinta e quatro mil e cinquenta e oito euros e noventa e seis cêntimos (34.058,96 €).-----

6.2.2.-União Cultural Recreativo e Desportiva de Vila Gosendo – Apoio a atividades (Concurso Pesca Desportiva):-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes a carta, datada de 29 de junho findo, da União Cultural, Recreativa e Desportiva de Vila Gosendo, informando que vai organizar o 19º. Concurso de Pesca Desportivo, a realizar a 19 de julho corrente, na zona da Praia Fluvial, a pedido de muitos participantes que consideram aquela zona excelente para o efeito.-----

-----Assim, e considerando que aquela atividade encontra-se inscrita no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à mesma.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos (151.852,04 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de trinta e quatro mil e cinquenta e oito cêntimos e noventa e seis cêntimos (34.058,96 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cento e cinquenta euros (150,00 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

6.2.3.-Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores – Apoio a atividades:-----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro, remetido pelo Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para desenvolvimento das atividades regulares desta Associação.-----

-----Fundado a 28 de janeiro de 1978 e oficializado a 28 de janeiro de 1982, o Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores é uma instituição de cariz cultural, símbolo do nosso Concelho na preservação e divulgação da cultural popular, voz viva de tradições e hábitos ancestrais.-----

-----Esta é uma Associação que tem um importante papel na divulgação do nosso Concelho além fronteiras, contribuindo, também, para o desenvolvimento do mesmo e para o afluxo de gente a Mortágua, nomeadamente aquando da Gala Internacional de Folclore.-----

-----Assim, nos termos do disposto dos art.º 8.º e 9.º do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do subsídio de apoio financeiro ao Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores, no montante de 5.000,00€.”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro centimos (151.852,04 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de trinta e quatro mil e cinquenta e oito euros e noventa e seis centimos (34.058,96 €).-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cinco mil euros (5.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo.-----

-----O Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira não esteve presente no momento da discussão e votação deste ponto, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 3.º do CPA, uma vez que faz parte dos órgãos sociais da Associação.-----

6.2.4. – PESCAMOR - Apoio à Atividade Regular:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido remetido pela Pescamor – Clube de Pesca Desportiva de Mortágua para apoio à sua atividade regular de pesca desportiva entende-se que, à semelhança dos anos anteriores, estes devem ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Na verdade, esta entidade, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza cultural, desportiva, recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sociais, com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimentos local.-----

-----Considerando que o pedido da Associação se enquadra na alínea c), do n.º 1, do art.º 3.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do subsídio no montante de três mil euros (3.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo previsto no artigo 4.º. daquele Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – Instituições *sem fins*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, com um saldo de cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos (151.852,04 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas com um saldo de trinta e quatro mil e cinquenta e oito euros e noventa e seis cêntimos (34.058,96 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade atribuir o subsídio de três mil euros mediante a celebração de Protocolo.-----

6.2.2. -Apoio a Investimentos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras o processo contendo as candidaturas que entraram na Câmara das Entidades que se candidataram com os respetivos projetos e pedidos, propondo que nesta fase se analisassem as candidaturas da Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Anceiro, Centro Cultural e Recreativo do Azival, Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa, Associação Cultural e Recreativa Estrelas da Serra, Associação Cultural e Recreativa da Lourinha de Cima e por se tratarem de investimentos já realizados e/ou em curso trinta e cinco mil e quinhentos euros (35.500,00 €) da seguinte forma:-----

----- Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Anceiro – quinze mil euros (15.000,00 €) para apoio à execução de obras gerais de melhoramentos no seu edifício sede.-----

----- Centro Cultural e Recreativo do Azival – dois mil e quinhentos euros (2.500,00 €) para apoio à execução de obras de melhoramentos no seu edifício sede .-----

----- Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa – seis mil euros (6.000,00 €) para apoio à execução de obras de melhoramentos no seu edifício sede, nomeadamente na cozinha.-----

----- Associação Cultural e Recreativa Estrelas da Serra – quatro mil euros (4.000,00 €) para apoio à execução de obras de melhoramentos no seu edifício sede, nomeadamente na cozinha.-----

----- Associação Cultural e Recreativa da Lourinha de Cima - oito mil euros (8.000,00 €) para



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

apoio à execução de obras de melhoramentos no seu edifício sede, nomeadamente construção de balneários.-----

-----As verbas propostas serão atribuídas no âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras e publicado no Diário da República com o nº. 365/2014 e objeto de celebração de protocolos nos termos do mesmo. -----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Projeto 2016/5032 “Investimentos das Associações Culturais, Desportivas e Recreativas” e tem cabimento no orçamento municipal nas rubricas 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) e 080701 *Instituições sem fins lucrativos*.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio mediante a celebração de Protocolos previstos no artº.2º. Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, devendo as obras serem acompanhadas pelos Serviços Técnicos do Município e comprovadas com a apresentação de documentos de despesa.-----

6.3.-APOIO A INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS – Construção, Conservação de Igrejas e Capelas:-----

6.3.1.-Capela da Nossa Senhora de Chão de Calvos:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Tendo sido presente a esta Câmara Municipal, pedido de apoio financeiro a investimento, remetido pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pala, entende-se que este deve ser alvo de estudo por parte do Executivo Municipal.-----

-----Está em causa um pedido de apoio financeiro para as obras de restauração e beneficiação da Capela do Santuário de Chão de Calvos, nomeadamente restauro dos retábulos laterais da nave cujo orçamento ascende ao montante de dezassete mil setecentos e dezoito euros



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(17.718,00 €).-----

-----Trata-se de património de cariz religioso de grande valor para o Concelho, tendo sido construída com o esforço das gentes da e Freguesia de Pala, que empenharam muito do seu tempo e dedicação na edificação deste projeto considerando como uma mais valia para toda a comunidade.-----

-----Toda a envolvimento da população da Freguesia de Pala pauta-se por atuação por orientação cívica, visando a prossecução de fins de natureza religiosa, mas também cultural, contribuindo, assim para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Este investimento reveste um papel insubstituível na dinâmica e desenvolvimento local.-----

-----Assim, nos termos do disposto do artº. 8º. do Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, proponho a atribuição do seguinte subsídio de apoio financeiro às obras de restauro e melhoramentos da Capela do Santuário de Chão de Calvos no montante de 5.000,00€".-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, programa 004 Apoio Instituições Religiosas, no projeto 2016/5033.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de atribuição de subsídio, mediante a celebração de Protocolo previsto no artº.2º. Regulamento Municipal para a Atribuição de Apoio a Entidades Terceiras, devendo as obras serem acompanhadas pelos Serviços Técnicos do Município e comprovadas com a apresentação de documentos de despesa.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

7.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----

7.-HABITAÇÃO:-----

7.1.-Bairro de Habitação Social da Gandarada – Resolução de contrato de arrendamento:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi proposto o seguinte:-----

-----Considerando que foi celebrado com Cláudia Adriana Fernandes de Oliveira em 9/08/2012, um contrato de arrendamento referente ao T2, r/c, Dtº. do Lote 10 do Bairro de Habitação Social da Gandarada, em execução da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mortágua de 18/07/2012.-----

-----Que a arrendatária não paga a renda pela ocupação do imóvel desde fevereiro de 2015.-----

-----Que não reside no apartamento há mais de nove meses.-----

-----Que nos termos do disposto no artigo 24º alínea b) da Lei nº.81/2014, aplicável a este contrato de arrendamento por força do disposto no artigo 39º. daquele diploma legal caberia à arrendatária utilizar a habitação em permanência, não se ausentando por um período seguido superior a seis meses.-----

-----Que nos termos do artº. 25º., nº.1, alínea a) da Lei nº.81/2014, o incumprimento do disposto no artigo 24º. B) constitui causa de resolução do contrato de arrendamento pelo senhorio.-----

-----Que nos termos do disposto na clausula 9º. alínea c) do contrato de arrendamento era dever da inquilina pagar a renda nos quantitativos e em prazos devidos.-----

-----Que nos termos da clausula 11º. alínea c) do contrato de arrendamento pode o senhorio resolver o contrato antes do termo nele previsto quando o inquilino não cumpra as obrigações impostas pela clausula 9º.-----

-----Que nos termos do artigo 28º. Lei nº.81/2014, a decisão de ordenar o despejo do arrendado por falta de pagamento de rendas deverá ser acompanhada da promoção da



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

correspondente execução.-----

-----Propõe-se que seja notificada a inquilina:-----

----- da intenção da Câmara Municipal de determinar a resolução do arrendamento e a cessão do respetivo direito de ocupação da habitação social acima identificada, nos termos dos artigos 24º. alínea b) e 25º. nº 1 alínea a) da Lei nº.81/2014, dado de arrendamento a Cláudia Adriana Fernandes Oliveira, por se ter ausentado do fogo por um período seguido de mais de seis meses, desde fevereiro de 2015, não tendo retomado a habitação até à presente data, e por não ter procedido ao pagamento das rendas devidas desde fevereiro de 2015, violando assim o disposto na cláusula 9º. Alínea c) do contrato de arrendamento, ficará obrigada a desocupar e entregar a habitação em causa no prazo de sessenta (60) dias a contar da receção da respetiva comunicação, sob pena de ser mandado executar o despejo administrativo.-----

-----De que nos termos do disposto no artigo 25º. nº. 2 da Lei nº. 81/2014, a resolução do contrato de arrendamento operara por comunicação da Câmara Municipal à inquilina onde se invoquem os respetivos fundamentos, após audição da inquilina.-----

-----Que é intenção da Câmara municipal aprovar a execução divida referente ao valor das rendas vencidas e não pagas, nos termos do disposto no artº. 28º. nº. 3 da Lei nº. 81/2014.-----

-----Que dispõe do prazo de dez dias para, querendo, se pronunciar em sede de audiência prévia de interessada, nos termos e para efeitos dos disposto no artigo 121º. e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.-DESENVOLVIMENTO DA FLORESTA:-----

8.1.1.-Alteração do valor do Apoio Atribuído às Associações que Forneceram o Almoço Volante do Fórum Florestal:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta apresentada pelo Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira:-----

-----“Conforme proposta aprovada na reunião de Câmara de 18 de Maio de 2016, foi aprovado o almoço para os participantes no Fórum Florestal, sendo este servido pelas Associações presentes na ExpoMortágua. -----

-----O valor apresentado de 150,00€ a cada Associação foi estimado, uma vez que não se sabia em concreto quantas pessoas iriam participar no Fórum e Almoçar.-----

-----Assim, à semelhança dos anos anteriores, foi oferecido o almoço a todos os participantes neste evento.-----

-----Neste sentido, solicito que a Câmara Municipal atribua um apoio, em montante correspondente às despesas, às associações que serviram os nossos convidados.-----

Associação	Nº. Senhas	Montante (€)
Associação de Caça e Pesca de Mortágua	16	96
Filarmónica de Mortágua	26	156
Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores	25	150
Rancho Folclórico os Camponeses do Freixo	23	138
Rancho Folclórico Os Unidos de Mortágua	21	126
Sporting Clube de Vale de Acores	27	162

-----Para além das refeições servidas aos participantes no Fórum, algumas associações efetuaram outros serviços, para os quais proponho uma comparticipação correspondente às despesas:-----

----- Filarmónica de Mortágua – refeições do conjunto CRF – 130,00€.-----

----- Rancho Folclórico os Camponeses do Freixo – 100,00 € - referente a leitão e filhoses.-----

-----Rancho Folclórico e Etnográfico de Vale de Acores – 150,00 € - referente e lampantana, chouriças assadas, moelas, pataniscas, bolos de bacalhau, pão caseiro sumos e águas, ambas



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

para o beberete dos convidados na cerimónia de abertura”.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/5031 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de cinquenta e seis mil novecentos e cinquenta e dois euros e quarenta e um cêntimos (56.952,41€) no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) com um saldo de cento e setenta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos (174.745,49€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar a atribuição dos subsídios propostos.-----

8.2.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO- Apoio a Iniciativas de Outras Instituições:-----

8.2.1. -14º. Grande Prémio de Ciclismo de Mortágua do Velo Clube do Centro:-----

-----Pelo Senhor foi presente a carta datada de 14 de junho findo, da Associação Velo Clube do Centro, informando que no âmbito do Programa das Festa do Juventude/Feira das Associações vai organizar, no dia 13 de agosto próximo, o 16º. Grande Prémio de Ciclismo de Mortágua que integra todas as categorias, com a presença de todas as equipas nacionais Profissionais e Amadoras incluindo algumas espanholas, num total cento e trinta (130) participantes.-----

-----Assim e considerando os custos inerentes a esta realização, no valor de quinze mil euros (15.000,00 €), solicita o apoio financeiro do município por forma a minimizar os mesmos.-----

-----O pedido foi apresentado nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, encontrando-se devidamente instruído e cumprindo os requisitos nele exigidos.-----

-----Considerando que esta associação, têm pautado a sua atuação por uma orientação cívica,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

visando a prossecução de fins de natureza desportiva e recreativa ou outros socialmente relevantes, contribuindo, assim, para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.-----

-----Esta associação desempenha relevantes funções sócio- desportivas com impactos diretos para a economia do Concelho e para a população local, potenciando a afluência de visitantes, divulgação da cultura, preservação das tradições, a prática desportiva, entre outros.-----

-----Esta associação tem um papel de extrema importância na dinâmica e desenvolvimentos local, considerando a importância que representam os eventos desta natureza na promoção do Concelho e dos seus recursos endógenos.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que fosse atribuído o subsídio no valor de dez mil euros (10.000,00€) para apoio à realização da prova.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, com um saldo cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos (151.852,04 €) e está inscrito nas opções do Plano do corrente ano no objetivo 08, Desenvolvimento Económico, no projeto 2016/5056, ação 8 – Apoio a Iniciativas de Outras Instituições com um financiamento de dezassete mil e quinhentos euros (17.500,00€).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade de atribuir o subsídio de dez mil euros (10.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o artº. 4º. o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

8.2.2.-Torneio de Tiro aos Pratos da Associação de Caça e Pesca de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de sete de Junho findo, da Associação de Caça e Pesca de Mortágua, informando que no âmbito do Programa das Festas do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Juventude/Feira das Associações vai organizar, no dia 13 e 14 de Agosto próximo, um Torneio de Tiro aos Pratos, e solicitando o apoio do Município para minimizar as despesas.-----

-----Assim, considerando que não foi atribuído qualquer comparticipação financeira à organização e realização da edição do ano transato do Torneio, o Senhor Presidente propôs a atribuição do subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, com um saldo cento e cinquenta e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos (151.852,04€) e está inscrito nas opções do Plano do corrente ano no objetivo 08, Desenvolvimento Económico, no projeto 2016/5056, ação 8 – Apoio a Iniciativas de Outras Instituições com um financiamento de dezassete mil e quinhentos euros (17.500,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio no montante de mil euros (1.000,00 €).-----

8.3.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

8.3.1.-Nomeação da Comissão da Hasta Pública para Alienação dos Lotes da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Na Reunião Extraordinária da Câmara realizada em 24/06/2016 foi aprovado o Regulamento da Hasta Pública para venda de lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial, de propriedade do município, sitos na Zona de Expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----No seguimento da referida aprovação procedeu-se à abertura de acordo com o definido no citado Regulamento, realizando-se o ato público da Hasta Pública pelas 10,00 horas do dia 14 de Julho de 2016, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal, perante a respetiva



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

comissão nomeada pela Câmara, conforme determina o nº.3 do artigo 10º. do Regulamento.---

-----Assim, para efeitos do cumprimento do nº.3 do artigo 10º. do Regulamento da Hasta Pública para venda de lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial proponho que a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: – Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador e Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----Suplentes: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques, Chefe de Divisão e Engº. Luís Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a comissão proposta.-----

8.3.2.-Apreciação de Pré-Candidaturas para Alienação dos Lotes da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----O Senhor Presidente informou o seguinte:-----

-----“Na Reunião Extraordinária da Câmara realizada em 24/06/2016 foi aprovado o Regulamento da Hasta Pública para venda de lotes do Loteamento da 1ª. Fase do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial, de propriedade do município, sítos na Zona de Expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----No seguimento da referida aprovação procedeu-se à abertura da Hasta Pública de acordo com o definido no citado Regulamento que define no seu artº. 3º. que só podem apresentar propostas os interessados que previamente apresentarem pré-candidatura no período de 27 de Junho até às 16,30 horas do dia 4 de Julho de 2016, estando no entanto dispensados desses trâmites processuais os interessados que já tenham solicitado o interesse na aquisição de lotes e a que a Câmara tenha, depois de apreciado o pedido, deliberado manifestar o interesse do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

município na cedência.-----

-----Assim, nos termos do artº. 3º. do Regulamento estão dispensadas da Pré- Candidatura as empresas: PENATIR – Transportes, Lda.; Endiprev, Lda.; Laboratórios Basi; Nuno Miguel Matos dos Santos; Vidraria de Mortágua, SA; PROJAR, SGPS, SA; TchnicDoor® - Urbanilúis, Lda.; Isilda Oliveira, Unipessoal, Lda. Quimpest, Lda.; Mármore Central de Vale de Acores, Lda.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar as pré-candidaturas apresentadas e considera-las para efeitos constantes no Regulamento.-----

9.-PROTEÇÃO CIVIL:-----

9.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:-----

9.1.1.-Pedidos de Autorização Prévia para Utilização de Fogo de Artificio (nº.2, do artº. 29º. do Dec. Lei nº. 124/2006, de 18 de Julho):-----

9.1.1.1.- Festas da N. Senhora da Guia:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de João Manuel Gomes Torres de Oliveira, nos termos do disposto o número 2 do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro, de autorização prévia para a utilização de fogo de artificio nas Festas de Nossa Senhora da Guia, na Felgueira, Freguesia do Sobral no dia 6 de agosto, sendo efetuado o lançamento do fogo na Várzea agrícola da Felgueira.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitada.-----

9.1.1.2.-Festas da N. Senhora da Piedade:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de João Manuel Gomes Torres de Oliveira, nos termos do disposto o número 2 do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas de Nossa Senhora da Piedade, no Sobral, Freguesia do Sobral nos dias 13 e 14 de agosto, sendo efetuado o lançamento do fogo ao lado do Cemitério do Sobral.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitada.-----

9.1.1.4.-Festas da N. Senhora das Neves:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de João Manuel Gomes Torres de Oliveira, nos termos do disposto o número 2 do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro, de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas da Nossa Senhora das Neves, em Vila Meã, Freguesia do Sobral no dia 5 de agosto, sendo efetuado o lançamento do fogo na Várzea agrícola da Felgueira-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir a autorização prévia solicitada.-----

9.1.1.5.-Festas de S. Pedro:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o pedido de João Manuel Gomes Torres de Oliveira, nos termos do disposto o número 2 do artigo 29º. do Decreto – Lei número 124/2006, de 28 de junho, com nova redação que lhe foi dada pelo Decreto –Lei nº.17/2009, de 14 de janeiro, de autorização prévia para a utilização de fogo de artifício nas Festas de S. Pedro, em Vila Gosendo, Freguesia do Sobral, nos dias 2,7 de julho, sendo efetuado o lançamento do fogo no Campo de Futebol de Vila Gosendo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato de autorização prévia praticado pelo Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.- ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – quarenta mil euros (40.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – trinta e seis mil euros (36.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – zero euros (0,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – quatro mil euros (4.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

10.2.- MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2016:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

----- Reforço de financiamento definido – quarenta mil euros (40.000,00 €);-----

-----Anulação de financiamento definido – quarenta mil euros (40.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la, ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

reunião.-----

10.3.-CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT) DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA:-----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 4 de julho corrente, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----“ASSUNTO: Fornecimento de energia eléctrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN), em baixa tensão especial (BTE) e em média tensão (MT) ao concelho de Mortágua.-----

-----Em reunião de Câmara de 4 de Fevereiro de 2016, foi deliberado abrir concurso público, com publicação do JOUE, para o fornecimento de energia eléctrica às instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN), em baixa tensão especial (BTE) e em média tensão (MT) ao concelho de Mortágua.-----

-----O anúncio foi publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia e os seus trâmites através da plataforma eletrónica (processo 5/2016).-----

-----O Júri do procedimento, terminado o prazo de apresentação das propostas ,procedeu à abertura das mesmas e elaborou o respectivo Relatório Preliminar.-----

-----O júri, tendo em consideração o critério de adjudicação pré definido, ordenou as propostas da seguinte forma para efeitos de adjudicação:-----

Ordem	Concorrente	Valor global
1 ^a	EDP COMERCIAL,SA	1.308.276,38
2 ^a	GALP POWER, SA	1.308830,53
3 ^a	HEN-SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LD ^a	1.324.522,65



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----No seguimento da audiência prévia aos concorrentes ,pela GALP POWER, foi presente a seguinte reclamação: “ Na sequência do relatório preliminar e analisando as propostas submetidas pelos vários comercializadores a Galp Power verificou que não estão a ser considerados os mesmos valores para calcular o valor global da proposta.-----

-----A Galp Power considerou um valor de Contribuição audiovisual de acordo com o Orçamento de Estado publicado em Março, que dá conta de um aumento de 2,65€ para 2,85€. Para além disso consideramos a taxa DGEG. Somando estas duas questões a nossa proposta ficaria mais cara, uma vez que os restantes comercializadores não as consideraram.-----

-----Se refizermos as contas com os mesmos critérios, ou seja CAV 2,65€/mês e sem taxa da DGEG, verificamos que o nosso valor global é o mais baixo sendo de 1.304.638,33 para os 3 anos”. -----

-----Sobre o assunto informo:-----

-----A decisão da contratação foi decidida em 04/02/2016, anteriormente à publicação do Orçamento do Estado para 2016(30 de Março).-----

-----As propostas foram submetidas pelos concorrentes na plataforma nas seguintes datas:-----

-----HEN : 21/04/2016;-----

-----EDP: 22/4/2016;-----

-----GALP: 22/4/2016;-----

-----Como se verifica todas as propostas foram submetidas muito posteriormente à entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2016, através do qual procede à alteração do valor das taxas referidas pela GALP na sua exposição.-----

-----Quer a EDP, que a HEN apresentaram na sua proposta o valor das taxas em vigor anteriores à alteração introduzida pelo Orçamento do Estado.-----

-----Proponho duas alternativas para solucionar a questão:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Uma será o Júri elaborar novo relatório e excluir as propostas da HEN e da EDP com o fundamento de que o contrato a celebrar implicaria a violação de uma vinculação legal ou regulamentar aplicável e ainda pelo facto da impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma da apresentação dos respetivos atributos da proposta. Qualquer destes fundamentos são factores de exclusão das propostas nos termos do nº 2 do artigo 70º do Código dos Contratos Públicos. A outra alternativa será a Câmara optar pela não adjudicação fundamentando-a pelo facto de terem surgido circunstâncias imprevistas (alteração das taxas no decorrer do prazo para apresentação de propostas) será necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para apresentação das propostas(alínea c) do nº 1 do artigo 79. do CCP.-----

-----As consequências da não adjudicação serão as seguintes:-----

-----a) A Câmara é obrigada a dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão da não adjudicação.-----

-----b) O dever de indemnização os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas.--

-----c) A decisão da não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar. -----

-----Finalmente e no caso da opção pela não adjudicação , proponho que o novo procedimento a abrir pela Câmara seja efectuado através do acordo quadro da CIM-RC em vigor com a EDP; ENDESA e GALP, ou aguardar pelo novo acordo quadro que irá ser celebrado no final do presente mês de Julho.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo para emissão de parecer do assessor jurídico.-----

10.4.-HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA CERÂMICA DE MORTÁGUA:-----

-----Considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia aprovou na sua



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sessão de 30/06/2016 uma alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda de Lotes que constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua.-----

-----Considerando que se encontram cumpridos os pressupostos constantes na alínea g) do nº.1 do artº. 25º. Da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, estando assim reunidas as condições legais para se proceder à abertura de procedimento de nova hasta pública, não devendo contudo ser colocado ainda à venda o lote nº.38 por questões de consolidação do solo.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que:-----

-----1.-Se procedesse nos termos do Regulamento à abertura do Procedimento da Hasta Pública para alienação dos lote nºs 1; 2/3; 4/5; 6/7; 8/9; 10/11; 12/13; 14/15; 18/19; 20/21; 22/23; 30; 31; 36; 37 do “Loteamento Urbano Municipal da Antiga Cerâmica de Mortágua”, cujas áreas e respetivos preços base de licitação estão identificados no ponto do 2 do Regulamento e no mapa a seguir descritos:-----

Nº do Lote	Área do Lote	Área de construção habitação	Área de construção em cave	Valor corrente de mercado do lote	Valor base da venda
1	463,3	260,0	130,0	14 300,00 €	10 244,50 €
2/3	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
4/5	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
6/7	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
8/9	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
10/11	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
12/13	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
14/15	592,2	260,0	130,0	14 300,00 €	12 178,00 €
18/19	527,0	260,0	130,0	14 300,00 €	11 200,00 €
20/21	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
22/23	658,0	260,0	130,0	14 300,00 €	13 165,00 €
30	520,7	254,0	127,0	13 970,00 €	10 891,00 €
31	468,7	254,0	127,0	13 970,00 €	10 111,00 €
36	511,6	240,0	120,0	13 200,00 €	10 254,00 €
37	480,4	240,0	120,0	13 200,00 €	9 786,00 €
38	695,9	240,0	120,0	13 200,00 €	13 018,50 €
Total				224 840,00 €	171 163,00 €



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2- A hasta pública seja publicitada, nos termos do nº. 6 do respetivo Regulamento, no 07/08/2016 por edital num jornal regional e nacional de grande circulação (Jornal de Notícias e as Beiras).-----

-----3.- Nos termos do nº. 9.1. do Regulamento, o ato público de abertura das propostas e da hasta pública para adjudicação dos lotes, tenha lugar no dia 11/08/2016, pelas 10,00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município.-----

-----4.- Em cumprimento do nº. 7 do Regulamento a Comissão da Hasta Pública seja constituída por por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: – Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador, Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----Suplentes: Engº. Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior e Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior.-----

-----5.- O processo, designadamente, a planta síntese do loteamento e Regulamento da hasta pública, estejam patentes para consulta dos interessados nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua e no sítio da Câmara Municipal. -----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar à abertura do procedimento da hasta pública, bem como a constituição da respetiva Comissão.-----

10.5.-AUTO DE NOTICIA DE CONTRA-ORDENAÇÃO LEVANTADO PELA GNR POR CONTRAVENÇÃO AO DEC.LEI 169/2012:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o auto de notícia de contra – ordenação número 103/016 da Guarda Nacional Republicana de Santa Comba Dão, levantado a Messias Teixeira Ferreira, residente na Rua Principal, nº.42, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, por no dia 3 de maio findo, na Rua Principal, nº.42, Freguesia do Sobral, Concelho de Mortágua, ter verificado a existência de uma serralharia (estabelecimento industrial de tipo 3) a laboral há



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aproximadamente vinte (20) anos, sem o respetivo licenciamento/mera comunicação prévia da atividade o que constitui infração ao disposto nos números 1 a 4 do artigo 33º. do Decreto - Lei número 169/2012, de 1 de agosto, punível pela al. j), nº.2 e 3, artº. 75º .do mesmo diploma legal, e a que corresponde a coima de quinhentos euros (500,00 €) a cinco mil euros (5.000,00 €) por se tratar de pessoa singular.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear como instrutor do processo a Assistente Técnica Maria Joana Coragem Albano.-----

10.6.-ALTERAÇÃO NA ESCALA DE TURNOS DE FARMÁCIAS DE MORTÁGUA:--

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico datado de 23 de junho findo, da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, a remeter para análise e parecer, conforme no Decreto – Lei nº. 53/2007, de 8 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 7/2011, de 10 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº.172/2012, de 1 de agosto, e no artigo 3º., nº.1 da Portaria 277/2012, de 12 de setembro, um exemplar da proposta de alteração da escala de turnos das farmácias deste Concelho no 2º. semestre de 2016.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à escala de turnos das Farmácias deste Concelho.-----

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-PROCESSO Nº. 01/2016/100, REQUERIDO PELA REPSOL GÁS DE PORTUGAL, S.A PARA ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE GPL – CLASSE A1, NO POLO INDUSTRIAL DE VALE DE BORREGÃO, MARMELEIRA:-----

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.2. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCº. 01/2015/216 DE CONSTRUÇÃO NOVA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MACIEIRA E TARRASTAL, (Alínea d), nº.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Foi presente o requerimento da Associação Cultural e Recreativa de Macieira e Tarrastal, registado sob o nº. 400/2016 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor oitocentos e vinte e dois euros e cinquenta e três cêntimos (822,53 €) referente ao processo nº.01/215/216 de licenciamento da construção nova do seu edifício sede, sita na Rua da Capela, Macieira, Freguesia de Pala.-----

-----Conforme o previsto na alínea d) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público.-----

-----Porém de acordo com a Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº.2 do artº. 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão à Associação Cultural e Recreativa de Macieira e Tarrastal da isenção de pagamento de taxa de licenciamento no valor oitocentos e vinte e dois euros e cinquenta e três cêntimos (822,53 €) referente ao processo nº.01/2015/216 de licenciamento da construção nova do seu Edifício Sede.-----

11.3.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

11.3.1.-Processo 08/2009/06:-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 1/06/2016, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito no Beco do Casal, Gândara, foi presente novamente o processo acompanhado do Parecer Técnico emitido, em 28/06/2016, pelo Chefe



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Divisão DPAT que a seguir se transcreve:-----

-----“Em relação ao processo referido:-----

----- Mantem-se a situação de incumprimento das deliberações da Câmara Municipal, em reunião de 17 de fevereiro e 1 de junho de 2016 no sentido de proceder à demolição urgente do edifício em ruína;-----

-----. agravaram-se as condições de insegurança, insalubridade e instabilidade do mesmo;-----

-----. o edifício deve ser urgentemente demolido e o espaço completamente limpo de escombros uma vez que constitui perigo eminente de colapso para a via pública.-----

-----Em vez disso, o representante do proprietário apresentou uma carta datada de 22 de abril (fl. 1,2) declinando eventuais responsabilidades de danos sobre os edifícios vizinhos e confinantes com a habitação a demolir.-----

-----Para tal, alerta especialmente para o mau estado do edifício confinante a sul, que é pertença da Cabeça de Casal da herança de José Afonso, que a Fiscalização Municipal já relatou (fl.3 a 6).-----

-----Este edifício encontra-se também em estado de alguma degradação e ruína progressiva, por falta de obras de conservação, colidindo com os artigos 89º. E 89º-A do RJUE pelo que se sugere que a Câmara Municipal :-----

----- determine também obras urgentes de conservação, necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade, com base no nº. 2 do artigo 89º., precedidas da vistoria prevista no artigo 90º.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade mandar proceder a vistoria que conclua o estado real em que se encontra a edificação.-----

11.3.2. Processo 08/2016/03:-----

-----O Senhor Presidente informou que, na seguimento da notificação feita através do ofício referência DAGF 4521, de 27/05/2016 ao Estado Português, Rua Alfandega, 51, Santa Maria



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Maior, 1149-008 Lisboa, do projeto de decisão tomada na reunião ordinária da Câmara de 4/05/2016, relativa ao processo 08/2016/03 de edificação em mau estado de conservação sito no Rua da Igreja,nº. 2 em Vale de Remígio, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 4/05/2016 , em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----

Solicitação de esclarecimento

Assunto: Obras na Avenida dos Bombeiros Voluntários

Quando se pensa uma obra há duas questões básicas que se devem colocar: Porquê e Como?

O Porquê relaciona-se com os objectivos que se pretendem alcançar com a execução da obra. A segurança de veículos e peões, a fluidez do tráfego, a funcionalidade, o estacionamento, o embelezamento estético, o enquadramento urbano e paisagístico, são por norma as questões que se colocam quando se faz uma intervenção numa via rodoviária, nomeadamente urbana.

O Como está intimamente relacionado com a Planificação. O projecto que inclui medições, memória descritiva, peças desenhadas com alçados e perfis transversais e longitudinais, plantas de localização para se aferir da inserção urbana, estudos técnicos de engenharia, essenciais quando por exemplo existam rotundas, cronograma, orçamento, plano de execução, lista de recursos humanos e materiais, logística.

No caso específico de rotundas, recomenda-se vivamente a leitura e análise de um Documento elaborado no âmbito de um Acordo Programa entre a FCTUC e a Estradas de Portugal, EPE, pelos Profs. Alvaro Maia Seco e Ana M^a Bastos Silva, intitulado “Dimensionamento de Rotundas” – disposições normativas. Neste documento estão expressas as normas técnicas para a implementação de rotundas, os seus perfis, as suas dimensões face ao contexto rodoviário em causa, os ângulos de ataque de curvatura, essencialmente nos casos de “viragem à esquerda e inversão de marcha” face a veículos ligeiros, pesados e articulados; o enquadramento e inserção face às vias que se conjugam com a rotunda, a sinalização horizontal e vertical, o atravessamento de peões, a semaforização ou ausência dela e, em conclusão, a sua funcionalidade em função do rigor da sua construção e implantação.

Face a estes pressupostos, surgem várias dúvidas sobre a obra de implantação de um separador central, culminado com uma rotunda, na Av. dos Bombeiros Voluntários.

O projecto inicial foi apresentado informalmente já após o início da obra, e contemplava um separador central desde a Rotunda do Intermarché até ao Largo do Município. Em face da sua total inexecutabilidade e crítica geral, e já em plena execução, alterou-se a estratégia que passou a ser somente dos Bombeiros ao Largo do Município, abandonando-se assim a ideia inicial de conceber uma “entrada digna na Vila de Mortágua”. A ideia que prevaleceu nas pessoas é de que a Obra foi sendo feita aos impulsos, fazendo e desfazendo à medida que se entendia que ficaria melhor

